

MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 4/2019

**REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XXVI REUNIÃO ESPECIALIZADA DE  
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS**

Realizou-se em Salvador, nos dias 21 e 22 de agosto de 2019, a Reunião Preparatória da XXVI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das Delegações da República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, como Estados Partes, da Delegação do Estado Plurinacional da Bolívia nos termos da Decisão CMC 13/15 e das Delegações da República do Chile, República da Colômbia, República do Equador e República do Peru, como Estados Associados.

A Procuradora Regional da República e Secretária de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (MPF) brasileiro, Cristina Schwanssee Romano, expressou sua satisfação em receber as delegações presentes na cidade que foi a primeira capital do Brasil.

Afirmou que o objetivo da reunião é fortalecer e aprofundar o diálogo sobre temas emblemáticos em comum; uma vez que, além de termos laços históricos e culturais convergentes, e comungar dos mesmos interesses e valores institucionais, também partilhamos do desafio do enfrentamento ao crime organizado transnacional e da garantia e promoção dos direitos humanos na região.

Na condição de anfitrião do evento, o procurador-chefe do MPF na Bahia, Fábio Loula, mencionou que em Salvador, no ano de 1609, durante a União Ibérica, foi criado o primeiro tribunal de justiça das Américas: o Tribunal de Relação da Bahia. Nessa época também foi criado juntamente a primeira promotoria. Assim, em 2019, comemoram-se os 410 anos do Ministério Público brasileiro. Fábio Loula conclamou para que essa lembrança nos inspire a construir debates produtivos. Por fim, enalteceu a pauta de cooperação internacional, especialmente na atual conjuntura.

À continuação, Cristina Romanó procedeu à leitura da Agenda da Reunião Preparatória da XXVI REMP, a qual foi organizada a partir das contribuições dos países, por meio de Videoconferência de organização prévia, realizada em 30 de julho, a qual foi aprovada por todos os presentes, sem alterações, conforme consta no Anexo correspondente.

Em seguida, as delegações apresentaram suas respectivas saudações iniciais e agradeceram pela hospitalidade do Ministério Público Federal brasileiro.

A Lista de Participantes consta do **Anexo I**.

A Agenda consta do **Anexo II**.

A Ata da Vídeo conferência consta do **Anexo III**.

## BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS SUBCOMISSÕES DE TRABALHO

### 1. COMISSÃO DE TRABALHO EM DIREITOS HUMANOS

#### 1.1. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE GÊNERO

Começados os trabalhos, houve um balanço e perspectivas das Subcomissões de Trabalho. Denise Abade, procuradora regional da República e Secretária de Cooperação Internacional Adjunta, teceu contribuições pela parte brasileira.

Iniciou felicitando os MPs argentino e boliviano pelo trabalho desenvolvido a frente da Coordenação desta Subcomissão, fazendo especial referência ao Diagnóstico elaborado sobre a equidade de gênero nas carreiras dos Ministérios Públicos da região ("Mapa de gênero"). Apresentou a estrutura do Ministério Público da União (MPU), ressaltando que os dados do Brasil no Mapa de gênero se referem apenas aos dados do MPF e não contemplam, ainda, os demais ramos do MPU ou dos MPs estaduais. Ponderou sobre as causas que levam a uma disparidade na distribuição de gênero na carreira de procuradores. Apresentou os trabalhos das Comissões de gênero e raça das unidades do MPF, como uma boa prática institucional para o enfrentamento a essa disparidade. Abordou exemplos de medidas para estimular o ingresso de mulheres na carreira do Ministério Público.

Passou-se a palavra ao Titular da Direção Geral de Cooperação do Ministério Público da Argentina, Diego Solernó, que trouxe um panorama sobre os trabalhos desenvolvidos por esta Subcomissão e apresentou o "*Estudo sobre Mecanismos de Seleção de Procuradores com base em gênero, nos Ministérios Públicos do Mercosul*", capitaneado pela Coordenação argentina com os insumos recebidos dos países, conforme consta no Anexo correspondente.

Ato contínuo, abriu-se a palavra para intervenções e propostas realizadas pelas delegações presentes. Debateu-se as atividades desta Subcomissão para os próximos anos, terminando aprovadas conforme previsto no Programa de Trabalho.

O Programa de Trabalho bianual da REMPM (2020-2021) consta do **Anexo IV**.

O Estudo consta do **Anexo V**.

## 1.2. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE TRATA DE PESSOAS E TRÁFICO ILÍCITO DE MIGRANTES E FENÔMENO MIGRATÓRIO NA REGIÃO

O período da tarde iniciou-se com a apresentação do Procurador Regional da República e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União do Brasil, João Akira Omoto, sobre a realidade brasileira no que se refere à nova Lei de Migração de 2017, com a adoção do paradigma dos direitos humanos para a matéria. Abordou também as dinâmicas de mobilidade humana mais presentes no Brasil e na região, com especial referência aos processos migratórios de venezuelanos, citando índices internacionais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR e da Organização dos Estados Americanos – OEA . Mencionou a adesão do Brasil ao Protocolo de Palermo sobre tráfico de pessoas.

Destacou que, tanto em relação à acolhida de migrantes e refugiados como para a prevenção do tráfico de pessoas e proteção às vítimas, é necessária a atuação do Estado em parceria com entidades da sociedade civil organizada e organismos internacionais, colaborando nas diversas frentes necessárias de políticas públicas, incluindo de sensibilização da população contra a xenofobia e a discriminação. Assim, sugeriu incluir no Programa de trabalho bianual da REMPM o envolvimento dos Ministérios Públicos nesta atuação em Rede, mostrando uma boa prática que vem sendo desenvolvida no Brasil, por meio do vídeo disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes>

Cristina Romanó enfatizou a recente formação de Equipe Conjunta de Investigação – ECI assinada entre Brasil e Paraguai em matéria de combate ao tráfico de pessoas e a assinatura do acordo operacional entre os Ministérios Públicos dos dois países nesta XXVI REMPM, para atuação contra este crime.

Ato contínuo, o procurador do Chile, Antonio Segovia, ponderou sobre como estruturar uma rede de cooperação, abordar o protocolo de Palermo, o fluxo migratório e o fluxo de tráfico. Disse que a prioridade deve ser sempre a vítima, acompanhar rotas de origem, trânsito e destino e garantir o retorno voluntário e seguro.

Após sugestão do representante argentino, Diego Solernó, na condição de coordenador desta Subcomissão, ficou acordado que a REMPM trabalhará juntamente com a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM) sobre um Protocolo de Repatriação de Vítimas de Trata e Tráfico de Pessoas, que contenha disposições sobre os direitos das vítimas,

incluindo o acesso à justiça, o resgate e a re-vinculação, a proteção, o direito a ser ouvida e a testemunhar, bem como o direito a uma reparação integral. Para tanto, se propõe a realização de uma videoconferência entre os pontos focais de cada país da REMPM e RMAAM para o mês de setembro.

Abriu-se a palavra para intervenções e propostas realizadas pelas delegações presentes. Debateu-se as atividades desta Subcomissão para os próximos anos, terminando aprovadas conforme previsto no Programa de Trabalho.

### 1.3. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E MONITORAMENTO DA ATUAÇÃO POLICIAL

André Luiz Batista Neves, procurador da República no Estado da Bahia, palestrou sobre a violência institucional no Brasil. Afirmou que não é apenas parte da própria estrutura social, ela se volta com mais veemência contra jovens negros e pobres. Disse que com os fatos e acontecimentos no país, pode-se demonstrar o seguinte diagnóstico: (1) no Brasil a violência institucional impacta desproporcionalmente jovens negros; (2) o Judiciário e o Ministério Público necessitam tomar medidas urgentes para que os delitos de tortura e os crimes que vitimam as pessoas privadas de liberdade sejam efetiva e tempestivamente punidos; e (3) esse dever decorre não apenas da atribuição para promover a persecução penal, mas por atribuição constitucional, já que o MPF brasileiro cuida também da defesa dos interesses sociais e da democracia.

No caso brasileiro, esta tarefa deve ser desempenhada pelos Ministérios Públicos, membros que integram os Conselhos Penitenciários, órgãos colegiados interinstitucionais, mantidos pelo Poder Executivo, pela sociedade e profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas. Por isso, asseverou ser crucial fomentar a adoção de medidas que extrapolem limites de cada instituição isolada, a exemplo dos protocolos de Minnesota e de Istambul. Paralelamente a isso, André Neves afirmou ser preciso garantir capacitação em direitos humanos aos agentes penitenciários, policiais e das Forças Armadas, assim como aos membros do Ministério Público e do sistema de Justiça.

Por sua vez, Diego Solernó fez referência aos projetos que o Ministério Público argentino vem desenvolvendo, enquanto Coordenador desta Subcomissão, sobre o combate e prevenção à tortura e delitos relacionados, incluindo a Guia de Monitoramento dos espaços de privação de liberdade. Aproveitou para solicitar a colaboração de todos na resposta ao questionário de levantamento sobre os respectivos ordenamentos jurídicos nacionais em matéria de prevenção, investigação e sanção da tortura e figuras penais afins. Os documentos serão incorporados em ata para que sejam apreciados pelos países. O referido questionário será circulado pela Secretaria da REMPM para

que seja respondido por todos os países até o fim de novembro de 2019.

Abriu-se a palavra para intervenções e propostas realizadas pelas delegações presentes. Debateu-se as atividades desta Subcomissão para os próximos anos, terminando aprovadas conforme previsto no Programa de Trabalho anexo.

O Questionário consta do **Anexo VI**.

A "Guia Prática para o monitoramento dos espaços de detenção destinada a integrantes dos Ministérios Públicos do Mercosul" consta do **Anexo VII**.

#### 1.4. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE LESA HUMANIDADE

Diego Solernó, representante argentino coordenador desta Subcomissão, apresentou um panorama sobre os trabalhos que vem sendo desenvolvidos, introduzindo as atividades previstas na minuta de Programa de trabalho bianual, conforme sugerido na XXV REMPM. Abriu-se o debate para contribuições dos presentes.

Denise Abade interveio no sentido de fixar que a postura do Ministério Público Federal brasileiro é de que os crimes de tortura cometidos à época da ditadura militar devem ser punidos conforme os compromissos pactuados internacionalmente, independente de posicionamento político interno.

Após debates, onde enfatizou-se o papel da cooperação internacional no auxílio aos processos nacionais de investigação, processamento e julgamento dos delitos de lesa humanidade, terminaram aprovadas as atividades conforme previstas no Programa de Trabalho anexo.

## 2. COMISSÃO DE TRABALHO SOBRE CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

### 2.1. MEIOS EFICAZES DE INVESTIGAÇÃO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O segundo dia de trabalhos iniciou-se com a apresentação da Procuradora Regional da República e Secretária de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR/MPF, Raquel Branquinho, quem discorreu sobre o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA, um software livre e gratuito, desenvolvido pela PGR do Brasil, que permite o tráfego, pela internet, de dados bancários entre as instituições financeiras e os órgãos públicos, mediante prévia autorização judicial. Tornou-se um dos sistemas operacionais mais bem sucedidos na história do Brasil, permitindo investigar e repatriar

muitos bens.

O Simba está sendo utilizado por 78 órgãos públicos no Brasil e já foi apresentado para 9 países (Suíça, Israel, EUA, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Moçambique). Nesta ocasião, Chile e Brasil trouxeram aos demais países a positiva experiência bilateral em andamento, de transferência e implantação do Sistema naquele país. Entre os avanços significativos, tem-se maior segurança e rapidez no acesso aos dados bancários e maior facilidade na análise desses dados.

Na sequência, Antonio Segovia, representante do Chile palestrou sobre responsabilidade penal de pessoas jurídicas. Discorreu sobre o contexto chileno e regional de leis sobre lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, coautoria de funcionários públicos e pessoas jurídicas de direito privado e empresas do Estado, para logo realizar as seguintes propostas no âmbito da REMPM: realizar um estudo comparado sobre sistema de atribuição de responsabilidade penal às pessoas jurídicas, realizar um questionário sobre a matéria de modo a subsidiar a elaboração de protocolos de atuação para investigações contra pessoas jurídicas, além de fomentar a cooperação internacional.

Após ponderações e contribuições dos presentes, aprovaram-se as atividades conforme previsto no Programa de Trabalho anexo.

A apresentação do SIMBA consta do **Anexo VIII**.

A apresentação da *Fiscalía* chilena consta do **Anexo IX**.

## 2.2. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE COOPERAÇÃO EM ÁREAS DE FRONTEIRA

O Secretário de cooperação internacional adjunto do MPF, Carlos Bruno Ferreira, da comitiva brasileira, ponderou sobre a importância da cooperação entre fronteiras como um instrumento essencial para o efetivo combate à criminalidade organizada transnacional. Contextualizou o histórico que levou à recente adoção da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul (Protocolo de São Luís), tendo em vista suas disposições que facilitarão a cooperação direta em zonas de fronteira, enfatizando as contribuições da REMPM neste processo.

Isso posto, Carlos Bruno propôs: (a) instar os Estados a incorporar a Emenda aos respectivos ordenamentos internos; (b) considerar que é autoridade competente aquela judicial ou do MP com competência para atuar na circunscrição territorial que abarque quaisquer das "localidades fronteiriças"; (c) Instar as autoridades que se preparem para permitir o envio eletrônico de

pedidos; (d) Instar as autoridades que estabeleçam resposta computadorizada automática para fins da comprovação de comunicação do pedido de assistência; e (e) anotar que o comprovante de comunicação pode ser juntado *a posteriori*.

Cristina Romanó salientou que o MPF brasileiro cumpriu com o compromisso assumido anteriormente de apresentar nesta XXVI Reunião uma minuta de Nota Técnica interpretativa à Emenda ao Protocolo de São Luis, a qual consta em anexo para apreciação e contribuições das demais delegações, esperando-se adotá-la na XXVII REMPM. As demais delegações teceram comentários preliminares, felicitando o Brasil pela elaboração do texto.

Por fim, Carlos Bruno encerrou apresentando as propostas de atividades desta Subcomissão do Programa de Trabalho, aprovado conforme anexo, e incentivando a participação de todos os Ministérios Públicos nas chamadas "Comistas", ou Comissões Mistas bilaterais de países fronteiriços. Também a continuidade da realização das Mesas de Trabalho conjuntas, sobre cuja importância coincidiram todos os presentes.

Gabriela Aguirre, representante do Uruguai, reiterou a importância de que os MPs mantenham atualizados os dados de contato dos procuradores de cada país que atuam na ponta em regiões de fronteiras. Ressaltou a necessidade de elaboração de formulário padrão para auxiliar a comunicação direta dos procuradores de fronteira.

A Minuta da Nota Técnica interpretativa sobre a Emenda ao Protocolo de São Luis consta no **Anexo X**.

### 2.3. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA

Iniciou-se com breve anúncio de parte do procurador brasileiro Carlos Bruno Ferreira de que, em agosto deste ano, o Itamaraty confirmou que o Brasil ingressará como observador à Convenção de Budapeste, como primeiro passo para a adesão do país à Convenção no prazo de até cinco anos. Esta decisão foi resultado de esforço significativo de incidência por parte do MPF brasileiro junto ao órgão do Executivo.

Ato seguido, Diego Solernó informou que Argentina já aderiu à Convenção e abordou, enquanto co-coordenador da Subcomissão, o andamento das atividades em curso. Disse que o MP argentino está finalizando o Diagnóstico e compilando as informações do Quadro comparativo regional e Programa de ação. Esperam apresentar os documentos a brevidade e, para tanto, será convocada videoconferência dos pontos de contato desta Subcomissão para setembro de 2019.

Gabriela Aguirre, representante do MP do Uruguai, também co-coordenador da Subcomissão, enfatizou a importância de que cada país atualize os dados dos respectivos pontos de contato para esta comunicação.

Finalizou-se com a aprovação das atividades desta Subcomissão para o Programa de trabalho bianual.

#### 2.4. SUBCOMISSÃO DE TRABALHO DE NARCOCRIMINALIDADE

Iniciou-se com a apresentação do procurador da República no Estado da Bahia, Oliveiros Guanais, que trouxe contribuições sobre combate à narcocriminalidade. Tratou sobre a dinâmica das facções criminosas no estado. Apontou alguns desafios enfrentados pelo MP brasileiro na investigação, punição e prevenção ao narcotráfico, citando a utilização do Protocolo de Bogotá em relação às apreensões de cocaína em contêineres, mencionando estatísticas e aspectos operacionais. Ademais, ponderou sobre a necessidade de troca de informações entre controles de fiscalização de portos e aeroportos, pois facilitam o mapeamento de perfis de viajantes e apreensões. Em aras de conclusão, realçou a preocupação com organizações criminosas no Brasil e sua expansão na América do Sul.

O procurador finalizou mencionando o Convenio de Cooperação Inter-institucional sobre Narcocriminalidade e a necessidade de designação de pontos de contato pelos Ministérios Públicos. Referiu-se também à promoção da aprovação do Protocolo de Madrid de entregas vigiadas e a necessidade de coordenação entre esta Subcomissão e a Rede antidrogas da AIAMP.

Passou-se ao debate, durante o qual representante do Paraguai, Manuel Doldán, anunciou a aprovação pelo Senado paraguaio do Acordo Quadro do Mercosul sobre Equipes Conjuntas de Investigação, ao que se seguiu ampla celebração pelas demais delegações presentes.

As delegações de Chile, Peru, Colômbia e Equador teceram comentários sobre as medidas adotadas em seus respectivos países para avançar no combate ao narcotráfico e à suas consequências perversas na sociedade, ressaltando a importância da colaboração regional para lograr resultados efetivos. Argentina, enquanto Coordenador desta Subcomissão, felicitou pela apresentação e rico debate, abordando sobre a ECI recentemente formada por seu país com Itália e Espanha. Chile mencionou a formação de ECI com Equador e Colômbia em matéria de luta contra o narcotráfico e lavagem de dinheiro.

Destacou-se a necessidade de coordenar os trabalhos desta Subcomissão com aqueles desenvolvidos pela Rede especializada de procuradores antidrogas da AIAMP (RFAI), sobre o qual o representante do Paraguai anunciou a realização naquele país de um Seminário e Reunião conjunta entre RFAI e o Grupo de



Trabalho de Cooperação Internacional da AIAMP em novembro deste ano. Ao final, foram aprovadas as atividades desta Subcomissão, conforme Programa de Trabalho anexo.

### 3. ATUALIZAÇÕES DA SECRETARIA TÉCNICA PERMANENTE DA REMPM

Os representantes do Ministério Público paraguaio, Manuel Doldán e Fiorella Odriosola, agradeceram a confiança das contrapartes nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e apresentaram aspectos da gestão da *página-web* da REMPM, incluindo o desenvolvimento da ferramenta de busca, a atualização das planilhas de pontos de contato, assim como a planilha de seguimento dos compromissos. Enfatizaram a importância dos países que ainda não o fizeram designarem, até 6 de setembro, os pontos de contato técnicos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para atuar no grupo conjunto de gestão da página, incluindo o desenvolvimento do Mapa interativo de procuradores que atuam em fronteiras. Após ponderações dos representantes de Equador e Brasil, e anuência das demais delegações, concordaram em eliminar, por motivos de desatualização e desuso, determinados links da página (a saber, o foro virtual de comunicação eletrônica e mensagem, e a Plataforma Fala). Igualmente, Chile solicitou reordenar os conteúdos da página visando facilitar a localização de documentos por área temática, sugestão acatada por unanimidade.

### 4. PROGRAMA DE TRABALHO BIANUAL DA REMPM – BIÊNIO 2020-2021

Visando o cumprimento do compromisso de apresentação aos órgãos de cúpula do Mercosul, teve início a elaboração do Programa de Trabalho bianual durante a vigésima quarta REMPM, no Uruguai, que aprimorou-se significativamente com o esforço da Argentina na vigésima quinta REMPM. Durante a vigésima sexta REMPM, a partir dos insumos enviados por cada país e sistematizados pela Secretaria, foi aprovado o Programa de Trabalho para o biênio 2020-2021, que será remitido pela PPTB aos órgãos correspondentes.

O Programa de Trabalho bianual da REMPM (2020-2021) consta do **Anexo IV**.

### 5. PROPOSTA DA “DECLARAÇÃO DE SALVADOR”

Foi discutida e aprovada por aclamação a proposta de declaração a ser assinada na Reunião Especializada.

### 6. PRÓXIMA REUNIÃO


A próxima Reunião Preparatória da REMPM será convocada oportunamente pela PPTP.


## 7. ANEXOS


Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Ata da Vídeo conferência
Anexo IV	Programa de Trabalho bianual da REMPM (2020-2021)
Anexo V	Estudo Subcomissão de Gênero: "Mecanismos de seleção de procuradores com base no gênero, nos Ministérios Públicos do Mercosul"
Anexo VI	Questionário de ordenamentos jurídicos sobre tortura
Anexo VII	Guia Prático para o monitoramento dos espaços de detenção destinado a integrantes dos Ministérios Públicos do Mercosul
Anexo VIII	Apresentação sobre o SIMBA
Anexo IX	Apresentação da <i>Fiscalía</i> chilena
Anexo X	Minuta da Nota Técnica interpretativa sobre a Emenda ao Protocolo de São Luis


*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials below it.]*

Salvador, 22 de agosto de 2019.

  
Pela Delegação da Argentina  
Diego Solernó

  
Pela Delegação do Brasil  
Cristina Schwanssee Romano

  
Pela Delegação do Paraguai  
Manuel Doldán Breuer

  
Pela Delegação do Uruguai  
Gabriela Aguirre

**MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 4/2019**

**REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XXVI REUNIÃO ESPECIALIZADA DE  
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS**

**Participação dos Estados Associados do MERCOSUL**

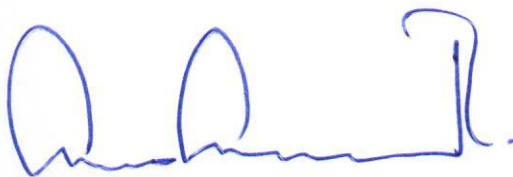
A Delegação da Bolívia, nos termos da Decisão CMC 13/15, e as delegações do Chile, Colômbia, Equador e Peru participaram, como Estados Associados, no desenvolvimento da Reunião Preparatória da XXVI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados, celebrada na cidade de Salvador, República Federativa do Brasil, nos dias 21 e 22 de agosto de 2019, no tratamento dos temas da Agenda e manifestaram sua concordância em relação a estes.



**Pela Delegação da Bolívia**  
Roberto Ignacio Almendras Gamarra



**Pela Delegação do Chile**  
Antonio Segovia Arancibia



**Pela Delegação da Colômbia**  
Ana Fabiola Castro Rivera



**Pela Delegação do Equador**  
Patricia Carranco



**Pela Delegação do Peru**  
Celia Esther Goicochea Ruiz